



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 5-260028295-0)

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto desta contratação é a prestação de serviços continuados de disponibilização de máquinas automáticas de café expresso e demais bebidas quentes, compreendendo a locação dos equipamentos e o fornecimento sob demanda de insumos, incluindo instalação, abastecimento, manutenção e higienização, para atender às necessidades da Sede do Crea-SC, conforme especificações deste Termo de Referência (CATSER 20648).

Modelo de Execução e Remuneração

1.2. A remuneração dos serviços será composta por duas parcelas distintas:

- a) **Parcela Fixa Mensal (subitem 1.1 da Tabela 1):** Correspondente ao valor da locação de cada uma das máquinas instaladas e em pleno funcionamento.
- b) **Parcela Variável Mensal (subitem 1.2 da Tabela 1):** Correspondente ao valor total das doses de bebidas quentes efetivamente consumidas no mês, independente da opção de bebida escolhida pelo usuário, apuradas por meio de contadores individuais e invioláveis instalados em cada máquina.

1.2.1. O preço unitário da dose deverá contemplar todos os custos variáveis associados ao consumo, como insumos (café em grãos, leite em pó e achocolatado em pó), logística de abastecimento e demais encargos. O preço da locação deverá cobrir os custos fixos, como a amortização do equipamento, manutenções preventivas, seguros e mão de obra de suporte técnico.

Quantitativos, Estrutura de Custos e Critério de Julgamento

1.3. Para fins de elaboração e julgamento das propostas, o objeto será considerado um **item único**, composto por dois subitens de precificação obrigatória, conforme a tabela abaixo.

1.4. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM**, obtido pela soma do valor total estimado dos **subitens 1.1 e 1.2 da Tabela 1**, conforme cálculo detalhado a seguir.

Tabela 1 - Quadro de Quantitativos e Valor Estimado

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. (A)	VALOR UNIT. ESTIMADO (B)	VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL (A x B)	VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL (A x B x 12)
1		SERVIÇOS DE MÁQUINAS DE BEBIDAS QUENTES					
	1.1	Locação das máquinas de bebidas quentes	Máquina	4	R\$ 899,00	R\$ 3.596,00	R\$ 43.152,00
	1.2	Fornecimento de doses de bebidas quentes	Dose	15000 *	R\$ 1,45	R\$ 21.750,00	R\$ 261.000,00
		VALOR GLOBAL TOTAL ESTIMADO ANUAL DO ITEM (Soma de 1.1 + 1.2)				R\$ 25.346,00	R\$ 304.152,00

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

** Os quantitativos de doses são meramente estimativos. A remuneração da parcela variável será estritamente vinculada ao consumo real, não gerando direito adquirido à contratada sobre a estimativa.*

Observação: A proposta que apresentar valor zerado ou manifestamente inexecutável em qualquer um dos subitens poderá ser desclassificada após análise da composição de custos, a critério do Pregoeiro, por não refletir os custos reais da prestação do serviço e apresentar risco à execução contratual.

1.5. O licitante, quando do envio de sua proposta para os dois subitens que compõem o item único do objeto, **deverá respeitar os valores unitários estimados para cada subitem**, sob pena de desclassificação de sua proposta.

Enquadramento como Serviço de Natureza Continuada

1.6. O objeto é classificado como serviço de **natureza continuada**, pois visa a atender a "*necessidades permanentes ou prolongadas*" da Administração, indispensáveis à manutenção da atividade administrativa (**Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. 5ª Edição. Página 798**), em consonância com o entendimento de que o fornecimento de itens como café constitui uma necessidade contínua (**Enunciado CJP 12/2022**).

Prazo de Vigência e Prorrogação

1.7. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

1.8. O contrato poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, a critério da Administração, desde que demonstrada a vantajosidade da manutenção da contratação, limitado o prazo total de vigência a **10 (dez) anos**, em conformidade com o disposto nos **artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.9. A caracterização do objeto como serviço **comum**, cuja contratação se dará pela modalidade Pregão, encontra-se devidamente justificada no **Estudo Técnico Preliminar**, apêndice deste Termo de Referência.

1.10. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do **Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021**, conforme justificativa constante do **Estudo Técnico Preliminar**.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Descrição da Necessidade

2.1. A presente contratação destina-se a atender à necessidade contínua de fornecimento de bebidas quentes (café expresso, cappuccino, chocolate etc.), em regime de autosserviço, para a diretoria, conselheiros, colaboradores, profissionais e profissionais em atendimento, bem como para os visitantes que frequentam a Sede do Crea-SC.

2.2. A disponibilização desse serviço é essencial para a manutenção de um ambiente institucional acolhedor e produtivo, impactando diretamente no bem-estar dos usuários e na qualidade das atividades finalísticas desenvolvidas pelo Conselho.

Fundamentação da Contratação

2.3. Conforme exige o **art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133, de 2021**, a fundamentação desta contratação está detalhada no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, apêndice deste Termo de Referência.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

2.4. O referido estudo concluiu que a adoção de um sistema automatizado, por meio de máquinas de autosserviço, em regime de locação, representa a solução de maior vantajosidade, pois promove:

2.4.1. **Eficiência administrativa:** reduz o dispêndio de tempo e de recursos humanos com a compra fracionada de insumos, o preparo manual das bebidas e a manutenção de equipamentos próprios;

2.4.2. **Economicidade:** o modelo de pagamento por dose efetivamente consumida elimina desperdícios e permite um controle orçamentário preciso;

2.4.3. **Padronização e qualidade:** garante a oferta de um serviço com padrão de qualidade e higiene constantes.

2.5. A legitimidade da despesa para essa finalidade, desde que alinhada aos objetivos institucionais, encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (**Acórdão nº 1730/2010-Plenário, TCU**).

Alinhamento ao Planejamento Institucional

2.6. Esta contratação está prevista e alinhada ao planejamento estratégico do Crea-SC, constando expressamente do Plano de Contratações Anual (PCA), conforme identificadores abaixo:

- **ID PCA no PNCP:** 82511643000164-0-000001/2026;
- Id do item no PCA: 119;
- Identificador da Futura Contratação: DFD 389087-20/2026.

3. ESPECIFICAÇÕES DA SOLUÇÃO E REQUISITOS TÉCNICOS

Descrição Geral da Solução

3.1. A solução consiste na contratação de um serviço continuado para o fornecimento, instalação e operação de máquinas automáticas de bebidas quentes. O modelo transfere integralmente à CONTRATADA a responsabilidade pela cadeia de atendimento, incluindo o fornecimento e abastecimento proativo de todos os insumos, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e o suporte técnico, garantindo a disponibilidade contínua do serviço sem ônus operacionais para o Crea-SC.

3.2. Com o objetivo de evitar a interrupção do serviço, de forma pontual, o Crea-SC poderá, por meio de seu corpo de copeiragem terceirizado, realizar a reposição dos equipamentos com os insumos fornecidos pela CONTRATADA, desde que devidamente autorizado por esta e mediante prévias instruções e treinamento por ela ministrados.

Especificações Técnicas Mínimas dos Equipamentos

3.3. Os equipamentos ofertados deverão ser novos ou seminovos (com no máximo 30 meses de uso, comprovado por nota fiscal de aquisição), e atender, no mínimo, às seguintes especificações:

- **Variedade de bebidas:** possuir, no mínimo, as opções de café expresso, café longo, cappuccino, mocaccino, chocolate quente e água quente.
- **Tensão elétrica:** ser compatível com a tensão de 220V.
- **Controle e relatórios:** dispor de contador eletrônico individual e inviolável para cada máquina, com funcionalidade de emissão de relatório automático de consumo de doses discriminadas por tipo de bebida.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- **Funcionalidades:** ser equipada com sistema de autolimpeza térmica.
- **Gabinete de suporte:** cada máquina deve vir acompanhada de gabinete (suporte) fechado, com chave, em padrão estético harmônico com a máquina, projetado para acondicionar internamente o galão de água mineral de 20L e proteger os insumos nele acondicionados.

Especificações Mínimas dos Insumos

3.4. A CONTRATADA deverá fornecer todos os insumos necessários (café em grãos, leite em pó, achocolatado em pó etc.) de primeira qualidade e de marcas reconhecidas no mercado, devendo atender aos seguintes parâmetros mínimos referenciais:

Produto	Parâmetros Mínimos de Qualidade e Composição por Dose
Café expresso / longo / com leite	Mínimo de 7g de café em grãos.
Chocolate quente	Mínimo de 15g de achocolatado em pó.
Cappuccino / Mocaccino	Combinação proporcional dos insumos acima, garantindo sabor e cremosidade característicos.

Nota 1: As quantidades são parâmetros mínimos para garantir a qualidade. O resultado final (a bebida) deverá apresentar sabor, aroma e aparência compatíveis com produtos de boa qualidade, sujeito à avaliação e aprovação do fiscal do contrato.

Nota 2: O Crea-SC poderá solicitar ao licitante vencedor, antes da assinatura do contrato, uma demonstração do equipamento com os insumos a serem utilizados para homologação da qualidade das bebidas.

3.5. Requisitos de Instalação, Operação e Manutenção:

- **Fornecimento de água:** as máquinas deverão ser projetadas para operar com galões de 20L de água mineral, que serão fornecidos pelo Crea-SC.
- **Suporte técnico:** a contratada deverá manter canal de comunicação direto e eficiente (telefone, e-mail ou WhatsApp), disponível de segunda a sexta-feira em horário comercial, para suporte técnico.
- **Manutenção preventiva e corretiva:** a CONTRATADA é integralmente responsável pela manutenção, incluindo a substituição de peças e componentes, sem ônus adicional.
- **Tempo de atendimento corretivo:** o prazo máximo para atendimento a um chamado de manutenção corretiva será de 1 (um) dia útil, contado da comunicação do fato pelo Crea-SC.
- **Prazo para substituição do equipamento:** caso o reparo não seja possível no local e no prazo acima, o equipamento deverá ser substituído por outro de especificações iguais ou superiores em, no máximo, 1 (um) dia útil subsequente, sem interrupção do serviço.

Requisitos de Sustentabilidade (Ciclo de Vida)

3.6. A CONTRATADA deverá:

- **Gestão de resíduos:** apresentar um plano para o correto descarte das embalagens primárias e secundárias dos insumos utilizados, priorizando a destinação para reciclagem.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- **Responsabilidade ambiental:** responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos equipamentos ao final de sua vida útil ou ao término do contrato, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

Vistoria Técnica Facultativa

4.1. Aos licitantes é facultada a realização de vistoria prévia nos locais de instalação dos equipamentos, a fim de obter pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto. A vistoria deverá ser agendada previamente e será acompanhada por servidor designado pelo Crea-SC.

4.2. O licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar, juntamente com sua proposta, **Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto e das Condições de Execução**, atestando que tem ciência de todos os aspectos que possam influir na formulação de sua proposta, não podendo utilizar a ausência da vistoria como fundamento para futuras alegações de desconhecimento ou para pleitear acréscimos de valor.

Qualidade e Conformidade dos Insumos

4.3. **Requisitos gerais de qualidade:** todos os insumos utilizados deverão ser de primeira qualidade, de marcas reconhecidas, e estar em conformidade com as normas da Vigilância Sanitária, possuindo os devidos registros nos órgãos competentes, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 (**Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 2024 - 7ª edição, p. 119**).

4.4. **Homologação prévia e marcas de referência:** a CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação prévia pelo Crea-SC, as marcas e modelos de todos os insumos a serem utilizados. Os modelos indicados como referência nas especificações a seguir já são considerados pré-aprovados.

4.5. Para os produtos ofertados como “similares” às marcas de referência, o licitante deverá, juntamente com sua proposta, apresentar a ficha técnica ou laudo nutricional do produto que comprove o atendimento integral a todos os parâmetros técnicos e nutricionais exigidos neste Termo de Referência.

4.6. A marca e o modelo dos insumos oferecidos pelo LICITANTE em sua proposta só poderão ser alterados durante a execução contratual se a alteração for previamente aprovada pelo Crea-SC, sendo que os novos insumos deverão atender integralmente às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

Especificações Técnicas Mínimas por Insumo

4.7. Café em Grãos

4.7.1. **Descrição e qualidade mínima:** o produto deverá ser café torrado em grãos, 100% Arábica, classificado como tipo 6 ou superior, conforme a Classificação Oficial Brasileira (COB). Deverá apresentar, no máximo, 10% (dez por cento) em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e/ou ardidos (PVA), sendo vedada a presença de grãos preto-verdes e fermentados. A classificação da bebida deverá ser, no mínimo, "Mole" a "Apenas Mole", sendo isenta de sabores e odores estranhos, em estrita conformidade com os padrões estabelecidos pela **Portaria SDA nº 570, de 19 de maio de 2022, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**, ou outra que vier a lhe suceder.

4.7.2. **Marcas de Referência:** como parâmetro de qualidade, indicam-se as marcas "Vend", "América (tipo Premium)", "Pilão" ou similar, sendo facultado ao licitante ofertar produto de outra marca, desde que atenda ou supere todas as especificações técnicas e de qualidade aqui definidas. A indicação de marca serve como

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

mera referência de qualidade, não constituindo exigência, conforme o **art. 24 do Regulamento de Implantação da Lei nº 14.133/2021 (RILC)** do Crea-SC.

4.7.3. Comprovação da qualidade: A qualidade mínima exigida é equivalente à categoria “**Superior**” da **Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC)**. A comprovação de atendimento a este padrão deverá ser feita, no momento da licitação, por um dos seguintes meios, à escolha do licitante:

- i. Apresentação de cópia da embalagem do produto a ser fornecido, com o selo de qualidade “**Superior**” (ou de categoria com melhor qualidade) da ABIC, dentro do prazo de validade; ou
- ii. Alternativamente, apresentação de laudo técnico que ateste o atendimento a todos os parâmetros da especificação, emitido por laboratório acreditado pelo **Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro)**, como aqueles credenciados pelo **INMETRO/CGCRE**, pelo **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)** ou habilitados pela **Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS)** da ANVISA.

4.7.4. Fundamentação jurídica da exigência: a exigência de meios alternativos de comprovação da qualidade, para além da certificação exclusiva da ABIC, atende à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (a exemplo do **Acórdão n.º 1354/2010-1ª Câmara**) e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (**Processo 1177724**), que veda a restrição indevida à competitividade e assegura a isonomia entre os licitantes. Tal medida se alinha, ainda, ao disposto no **art. 9º, I, “a”, da Lei n. 14.133/2021**.

4.7.5. Manutenção da qualidade contratual: caso a comprovação inicial seja feita por meio de laudo (inciso II), a CONTRATADA obriga-se a renová-lo a cada 3 (três) meses, durante toda a vigência do contrato, às suas expensas. A amostra para a realização do laudo trimestral será coletada de lote lacrado entregue nas dependências do Crea-SC, de forma aleatória, na presença de um representante da CONTRATADA e de um fiscal do contrato, em ato devidamente registrado.

4.8. Achocolatado em Pó

4.8.1. Descrição e Qualidade Mínima: achocolatado em pó, solúvel, de fácil diluição em água quente ou leite, próprio para uso em máquinas automáticas de bebidas quentes. O produto deverá atender, cumulativamente, aos seguintes parâmetros nutricionais, por porção de 20g, conforme informações declaradas na embalagem pelo fabricante:

Composição	Valor Mínimo Admitido	Valor Máximo Admitido
Valor Energético (kcal)	60,00	100,00
Carboidratos (g)	8,00	19,00
Açúcares totais (g)	2,00	18,00
Açúcares adicionados (g)	0,00	16,00
Proteínas (g)	1,00	10,00
Gorduras Totais (g)	0,00	2,00

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Composição	Valor Mínimo Admitido	Valor Máximo Admitido
Gorduras Saturadas (g)	0,00	2,00
Gorduras Trans (g)	0,00	0,10
Fibra Alimentar (g)	0,00	2,00
Sódio (mg)	10,00	100,00

4.8.2. **Marcas de Referência:** Como parâmetro de qualidade, indicam-se as marcas "Vend", "Bongusto", "Savors", "Chocofans (Nestlé)" ou similar, sendo facultado ao licitante ofertar produto de outra marca, desde que atenda ou supere todas as especificações técnicas e de qualidade aqui definidas. A indicação de marca serve como mera referência de qualidade, não constituindo exigência, conforme o **art. 24 do Regulamento de Implantação da Lei nº 14.133/2021 (RILC) do Crea-SC**.

4.8.3. **Comprovação da Qualidade:** A comprovação do atendimento aos parâmetros nutricionais será realizada mediante a análise **da Tabela de Informação Nutricional impressa na embalagem original do produto a ser ofertado**, que deverá ser apresentada juntamente com a proposta. O produto deve, ainda, atender a todas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (**ANVISA**) aplicáveis a gêneros alimentícios, embalagens e rotulagem (**AGU - Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2025)**).

4.8.4. **Fundamentação Jurídica da Exigência:** A definição de faixas de valores nutricionais (mínimos e máximos) para a especificação do objeto, em detrimento de valores fixos, prestigia a competitividade e atende à jurisprudência dos Tribunais de Contas, que veda o excesso de especificações que restrinjam o certame. Essa prática se alinha ao entendimento de que a Administração deve descrever os produtos com as qualidades mínimas necessárias, evitando "minúcias exclusivas, não padronizadas ou que não sejam comprovadamente essenciais" (**Boletim de Jurisprudência do TCE-SP nº 38 - Agosto de 2024, Processo 014393.989.24-9**).

4.8.5. **Manutenção da Qualidade Contratual:** A Administração reserva-se o direito de, a qualquer momento durante a execução contratual, coletar amostras dos lotes entregues para verificar a conformidade do produto com as especificações declaradas e aprovadas na fase de licitação.

4.9. Leite em Pó

4.9.1. **Descrição e Qualidade Mínima:** Leite em pó integral, de fácil diluição em água quente, próprio para uso em máquinas automáticas de bebidas quentes. Não serão aceitos produtos que contenham adição de soro de leite, açúcares, espessantes, aromatizantes ou quaisquer outros ingredientes não característicos do leite integral. O produto deverá atender, cumulativamente, aos seguintes parâmetros nutricionais, por porção de 20g:

Composição	Valor Mínimo Admitido	Valor Máximo Admitido
Valor Energético (kcal)	90,00	110,00
Carboidratos (g)	6,00	11,00

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Composição	Valor Mínimo Admitido	Valor Máximo Admitido
Açúcares totais (g)	6,00	11,00
Açúcares adicionados (g)	0,00	0,00
Proteínas (g)	4,00	7,00
Gorduras Totais (g)	4,00	6,00
Gorduras Saturadas (g)	2,50	4,00
Gorduras Trans (g)	0,00	0,30
Fibra Alimentar (g)	0,00	0,00
Sódio (mg)	40,00	100,00
Cálcio (mg)	150,00	300,00

4.9.2. **Marcas de Referência:** como parâmetro de qualidade, indicam-se as marcas "Vend", "Itambé", "La Sereníssima", "Camponesa", "Ninho (Nestlé)", "Piracanjuba" ou similar, nos termos do **art. 24 do RILC do Crea-SC**.

4.9.3. **Comprovação da Qualidade e Regularidade Sanitária:** a comprovação da qualidade e da regularidade do produto será feita de forma dúplice:

- I. **Regularidade Sanitária:** Apresentação de cópia do rótulo da embalagem que comprove que "o estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA)" (**AGU - Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2025)**).
- II. **Parâmetros Nutricionais:** Análise da **Tabela de Informação Nutricional impressa na embalagem original do produto** a ser ofertado, para verificação do atendimento aos limites definidos.

4.9.4. **Fundamentação Jurídica da Exigência:** a exigência de registro em serviço de inspeção é requisito legal para produtos de origem animal, visando garantir a segurança sanitária e a qualidade do produto fornecido, conforme determina a legislação federal e as orientações para contratações sustentáveis (**AGU - Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2025)**). A especificação por meio de faixas nutricionais, conforme já fundamentado, assegura a objetividade e a competitividade do certame.

4.9.5. **Manutenção da Qualidade Contratual:** o fiscal do contrato verificará, a cada entrega, a presença do selo do serviço de inspeção (SIF, SIE, SIM ou SISBI/POA) na embalagem, bem como a conformidade do rótulo com o produto aprovado na licitação.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Subcontratação

4.10. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E NÍVEIS DE SERVIÇO

Condições de Início e Local de Execução

5.1. A CONTRATADA deverá iniciar a execução do objeto, com a instalação de todos os equipamentos em pleno funcionamento, em até **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do contrato.

5.2. Os serviços serão prestados e os equipamentos instalados na Sede do Crea-SC, localizada na Rodovia Admar Gonzaga, 2125, Itacorubi, Florianópolis – SC, CEP: 88034-001.

Rotinas de Execução do Serviço

5.3. A execução compreende a locação, instalação, abastecimento, higienização e manutenção das máquinas de bebidas quentes, conforme detalhado neste Termo de Referência.

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá alocar todos os equipamentos e fornecer todos os insumos e materiais de suporte especificados nos **itens 3 e 4** deste Termo de Referência.

5.5. As rotinas de abastecimento de insumos e higienização completa das máquinas deverão ocorrer diariamente, em dias úteis, em horário a ser acordado com a FISCALIZAÇÃO, de modo a não interferir nas atividades do Crea-SC. A pontualidade e a qualidade na execução dessas rotinas são consideradas essenciais para a continuidade e a qualidade do serviço.

Manutenção e Níveis de Serviço

5.6. A CONTRATADA deverá assegurar o perfeito estado de conservação e funcionamento dos equipamentos. A qualidade e o desempenho de **todas as obrigações de execução**, incluindo as **rotinas operacionais de abastecimento e higienização (item 5.5)**, serão medidos e avaliados com base nos critérios estabelecidos no **Anexo A - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)** deste Termo de Referência.

5.7. A assistência técnica inclui a reparação ou substituição de todas as peças e componentes afetados pelo uso normal, sem qualquer ônus adicional ao Crea-SC, bem como os custos de transporte para eventual remoção e retorno dos equipamentos.

5.8. A CONTRATADA não poderá retirar nenhum equipamento das dependências do Crea-SC sem autorização prévia e expressa da FISCALIZAÇÃO.

5.9. Após cada serviço de manutenção, a CONTRATADA deverá realizar a limpeza completa do local, removendo quaisquer resíduos decorrentes da sua atividade.

Garantia do Objeto

5.10. A garantia de qualidade, adequação e segurança dos equipamentos e insumos fornecidos é de responsabilidade integral da CONTRATADA, nos termos da **Lei nº 8.078, de 1990** (Código de Defesa do Consumidor).

Canais de Comunicação e Gestão

5.11. A comunicação oficial entre a FISCALIZAÇÃO e o preposto da CONTRATADA será realizada por meio de canais que permitam registro, como e-mail ou sistema de chamados.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

5.12. Conforme as melhores práticas recomendadas pelo TCU, todas as solicitações de serviço, em especial as de manutenção corretiva, deverão gerar um Registro de Ocorrência com número de protocolo, data, hora, descrição do problema e prazos, a fim de formalizar a comunicação e permitir o controle dos Níveis de Serviço (**Manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU – 5ª Edição - 2024**).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. **O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.**

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **Anexo A**.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.4. Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do término do período de apuração mensal, mediante termo circunstanciado.

7.5. Ao final de cada período/evento de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório após a verificação final da qualidade e da quantidade dos serviços.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.18.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.18.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em **(26/03/2026)**.

7.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.37. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.37.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.37.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.37.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.37.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.38. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. **Multa:**

(1) **Moratória**, para as infrações descritas na alínea “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

(2) **Compensatória**, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

(3) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

(4) **Compensatória**, para a infração descrita acima nas alíneas “a” e “b”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

(5) **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de fornecimento e prestação de serviço associado, o que implica a entrega dos bens (máquinas e insumos) de forma contínua, conjugada à prestação dos serviços de instalação, manutenção, abastecimento e higienização, conforme especificado neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.11. Licença Sanitária, ou documento equivalente (Alvará Sanitário), expedida pelo órgão de vigilância sanitária competente (estadual ou municipal), dentro do prazo de validade, que autorize o licitante a exercer atividades relacionadas ao armazenamento, manuseio ou comercialização de gêneros alimentícios, compatível com o objeto da licitação.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples, com data de emissão de, no máximo, **90 (noventa) dias** da data da abertura do Pregão;
- 9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com data de emissão de, no máximo, **90 (noventa) dias** da data da abertura do Pregão;
- 9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei;
- 9.23. **Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação, apurado com base nas demonstrações contábeis do último exercício social.
- 9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.27. É vedada a substituição do balanço patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de natureza e complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às do objeto desta licitação, por meio da apresentação de um ou mais atestados ou certidões, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.29.1. Para fins de compatibilidade, o(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) comprovar que o licitante executou, de forma satisfatória, contrato(s) com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **2 (dois) anos** do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.29.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo pelo menos **50% (cinquenta por cento)** do número de máquinas locadas e das doses previstas a serem fornecidas.

9.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.29.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.30. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.31. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos aos requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 304.152,00 (trezentos e quatro mil, cento e cinquenta e dois reais)**, conforme custos unitários apostos no quadro contido no **item 1.4** acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Elemento de Despesa Orçamentária 6.2.2.1.1.01.04.09.048 - Serviço de Alimentação.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Florianópolis/SC, 30 de março de 2026.

MURILO REBELLO HOFFMANN
Gerente do Departamento de Administração do Crea-SC

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

ANEXO A

ÍNDICE DE MENSURAÇÃO DE RESULTADO (IMR) E NÍVEIS DE SERVIÇO

1. Metodologia Geral de Aferição

1.1. A qualidade e a eficiência na execução do objeto contratual serão controladas por meio de um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que estabelece indicadores de desempenho, metas, e as correspondentes faixas de ajuste no pagamento mensal da CONTRATADA.

1.2. Conforme o desempenho apurado pela FISCALIZAÇÃO, o pagamento mensal poderá ser redimensionado, de modo a remunerar a CONTRATADA proporcionalmente à conformidade e à qualidade dos serviços efetivamente prestados (Acórdão 786/2006-TCU-Plenário).

1.3. O cálculo do ajuste será realizado mensalmente pela FISCALIZAÇÃO, com base nos indicadores definidos no item 4. Cada indicador será avaliado de forma isolada, e o percentual de ajuste final no pagamento será o somatório dos percentuais apurados em cada indicador.

1.4. Em nenhuma hipótese, o somatório dos ajustes no pagamento poderá resultar em valor superior ao da fatura mensal correspondente.

2. Níveis de Desempenho e Consequências

2.1. Para cada indicador, serão estabelecidos os seguintes níveis de desempenho:

a) **Nível Mínimo Aceitável:** Faixa de desempenho em que o serviço é considerado satisfatório. Se a medição do mês se enquadrar nesta faixa, não haverá ajuste no pagamento referente ao indicador.

b) **Nível Sujeito a Ajuste no Pagamento:** Faixa de desempenho inferior ao mínimo aceitável, mas que ainda não caracteriza falha grave. A ocorrência nesta faixa implicará um **ajuste (glosa)** no pagamento, conforme a fórmula de cálculo específica de cada indicador.

c) **Nível Sujeito a Sanções:** Nível de desempenho crítico que, além do **ajuste (glosa)** no pagamento, sujeitará a CONTRATADA à abertura de processo administrativo para aplicação das sanções previstas em contrato, por falha na execução.

2.2. Caso o somatório dos percentuais de ajuste no pagamento em um único mês seja superior a 10% (dez por cento), a CONTRATADA estará sujeita à aplicação das sanções contratuais, ainda que os indicadores, individualmente, não tenham atingido o nível crítico definido na alínea "c".

3. Período de Adaptação Contratual

3.1. Visando à adaptação da CONTRATADA aos processos e rotinas do Crea-SC, os ajustes no pagamento decorrentes do IMR serão aplicados de forma escalonada nos dois primeiros meses do contrato, conforme segue:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.1.1. Primeiro mês de execução: Não haverá ajuste no pagamento.

3.1.2. Segundo mês de execução: Será aplicado 50% (cinquenta por cento) do valor total do ajuste calculado.

3.1.3. A partir do terceiro mês: O valor do ajuste calculado será aplicado integralmente.

3.2. O período de adaptação é aplicável exclusivamente ao primeiro ano de vigência contratual, não sendo renovado em caso de prorrogação.

3.3. A existência do período de adaptação não isenta a CONTRATADA do cumprimento de todas as obrigações contratuais, nem impede a FISCALIZAÇÃO de aplicar as sanções cabíveis em caso de descumprimento grave ou inexecução parcial/total do contrato.

4. Indicadores de Desempenho, Metas e Faixas de Ajuste

a) Indicador 1: Disponibilidade de Insumos (IDI)

A tabela a seguir detalha as características do indicador:

Item	Descrição
Finalidade	Assegurar que os equipamentos permaneçam continuamente abastecidos com todos os insumos necessários para a sua operação, garantindo a disponibilidade do serviço aos usuários.
Meta a Cumprir	No máximo 5 (cinco) ocorrências de desabastecimento por mês.
Forma de Acompanhamento	A FISCALIZAÇÃO registrará cada constatação de falta de qualquer insumo em qualquer uma das máquinas por meio de um Registro de Ocorrência formal. A contagem é cumulativa (ex: a falta de café e de copos na mesma máquina, no mesmo momento, será registrada como duas ocorrências).
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	O índice corresponde à soma da quantidade total de ocorrências de desabastecimento registradas no mês de apuração.

Tabela de Ajuste no Pagamento (Redução / Glosa)

Faixa de Desempenho (Índice IDI)	Percentual de Ajuste no Pagamento
0 a 5 ocorrências (Faixa de Tolerância)	0%
6 a 10 ocorrências	2%

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Faixa de Desempenho (Índice IDI)	Percentual de Ajuste no Pagamento
11 a 15 ocorrências	3%
Acima de 15 ocorrências (Sujeito a Sanções)	4%

b) Indicador 2: Pontualidade no Atendimento Técnico (IAT)

A tabela a seguir detalha as características do indicador:

Item	Descrição
Finalidade	Garantir que a CONTRATADA responda com celeridade às solicitações de manutenção corretiva, cumprindo o prazo máximo estipulado para o início do atendimento.
Meta a Cumprir	0 (zero) atrasos.
Forma de Acompanhamento	A FISCALIZAÇÃO registrará, via Registro de Ocorrência , a data e hora da abertura do chamado e a data e hora do efetivo comparecimento do técnico. Considera-se "atraso" todo comparecimento que exceder o prazo de 1 (um) dia útil .
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	O índice corresponde à soma da quantidade total de chamados atendidos com atraso no mês de apuração.

Tabela de Ajuste no Pagamento (Redução / Glosa)

Faixa de Desempenho (Índice IAT)	Percentual de Ajuste no Pagamento
0 atrasos (Meta)	0%
1 a 2 atrasos	1%
3 a 4 atrasos	2%
Acima de 4 atrasos (Sujeito a Sanções)	3%

c) Indicador 3: Eficiência na Substituição de Equipamentos (ISE)

A tabela a seguir detalha as características do indicador:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Item	Descrição
Finalidade	Mensurar a eficiência da CONTRATADA na solução de falhas críticas, garantindo a rápida substituição de equipamentos que não puderem ser reparados no local.
Meta a Cumprir	0 (zero) dias de atraso na substituição.
Forma de Acompanhamento	O atraso será contabilizado em dias úteis que excederem o prazo máximo de 1 (um) dia útil subsequente à constatação da necessidade de troca.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	O índice corresponde à soma dos dias úteis de atraso de todas as ocorrências de substituição de equipamentos finalizadas no mês.

Tabela de Ajuste no Pagamento (Redução / Glosa)

Faixa de Desempenho (Índice ISE)	Percentual de Ajuste no Pagamento
0 dias de atraso (Meta)	0%
1 a 2 dias de atraso	1%
3 a 5 dias de atraso	3%
Acima de 5 dias de atraso (Sujeito a Sanções)	4%

d) Indicador 4: Conformidade da Higienização (ICH)

A tabela a seguir detalha as características do indicador:

Item	Descrição
Finalidade	Assegurar o cumprimento da rotina diária de higienização das máquinas, um requisito fundamental para a qualidade do produto e a segurança dos usuários.
Meta a Cumprir	Percentual de execução superior a 95%.
Forma de Acompanhamento	A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO registros comprobatórios da higienização diária de cada máquina, por meio de checklists, sistemas com autenticação ou outros meios auditáveis previamente acordados.
Periodicidade	Mensal.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Item	Descrição
Mecanismo de Cálculo	ICH (%) = (He / Hp) x 100 Onde: He = Total de higienizações efetivamente realizadas e comprovadas no mês. Hp = Total de higienizações previstas no mês (nº de máquinas x nº de dias úteis).

Tabela de Ajuste no Pagamento (Redução / Glosa)

Faixa de Desempenho (Índice ICH)	Percentual de Ajuste no Pagamento
Acima de 95% de conformidade (Meta)	0%
Entre 90% e 94,99% de conformidade	1%
Entre 85% e 89,99% de conformidade	2%
Entre 75% e 84,99% de conformidade	3%
Abaixo de 75% de conformidade (Sujeito a Sanções)	4%

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

07/04/2026 as 15:41:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.